

BRASÍLIA-DF – 02/03/2018

Crédito de 42 bilhões de reais para segurança decepciona governadores



A proposta do Palácio do Planalto de liberar disponibilizar 42 bilhões de reais para os governos dos estados investirem em segurança pública não agradou a maioria dos chefes estaduais reunidos nesta quinta-feira 1º, após reunião em Brasília. “A decepção é que se sentiu ausência de recursos da OGU (Orçamento Geral da União)”, afirma o governador do Piauí, Wellington Dias (PT).

A crítica ocorre porque a maior parte dos recursos, cerca de 33 bilhões de reais, serão repassados como financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os estados terão de pagar juros pelo empréstimo. “Vai ser [cobrado] TJLP [Taxa de Juros de Longo Prazo, hoje me 6,75% ao ano], mais uma coisa que ninguém sabe o que é que uma taxa de risco e mais 0,9%”, diz o petista.

Os Planalto não detalhou de onde sairia os 9 bilhões de reais restantes do pacote. Mas garantiu que o dinheiro será liberado ao longo de cinco anos, sendo 5 bilhões de reais a partir de junho deste ano. Os prefeitos têm o mês de março para apresentar propostas de compra de equipamentos e melhorias de infraestrutura. Os projetos serão analisado para receber repasses federais.

O modelo frustrou os governadores presentes no Planalto com Temer. A expectativa era de que fosse anunciado ajuda de custeio para cobrir despesas operacionais e a folha de pagamento policial. A maioria dos estados vivem em crise financeira, alguns atrasam o pagamento de despesas básicas como o salário de servidores. “Tem estado com dificuldade para [comprar] combustível, custeio, pessoal. Então, esse empréstimo não atende a isso”, avalia Dias.

Plano frustrado

Segundo o governador do Piauí, o anúncio do financiamento foi na contramão de uma proposta de integração articulada em janeiro pelo Fórum dos Governadores, realizando em Rio Branco (AC) em janeiro.

A negociação acabou frustrada pela intervenção no Rio de Janeiro, vista como um risco para outros estados, que temem a migração de bandidos fluminenses. “O que teve de ruim [no discurso federal] é que o Fórum dos Governadores propôs um plano para uma ação nacional, com operações integradas de todos os recursos humanos e não pontual numa ação no Rio ou no Ceará. Quando se coloca um plano para um estado, os bandidos vão para outros”, afirma Dias.

O ponto positivo do encontro de Temer com os governadores teria sido o reconhecimento da gravidade da falta de segurança no País e o compromisso de que a intervenção no Rio foi “uma exceção e que

precisa fortalecer as forças de segurança dentro de um sistema organizado”.

Os governadores também saíram da reunião com o compromisso da criação de um fundo nacional de segurança abastecido com recursos da União para repasse aos estados. A promessa feita pelos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado Federal, Eunício Oliveira (MDB-CE).

(Carta Capital)

Fórum Mundial da Água em Brasília tem 7,5 mil inscritos confirmados



Informações sobre o evento, como o funcionamento da **Vila Cidadã** — que será aberta ao público —, foram divulgadas na tarde desta quinta-feira (1º) pelo governador Rodrigo Rollemberg e o diretor-presidente da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (Adasa), Paulo Salles. Também participou da entrevista coletiva o secretário-adjunto de Turismo, da Secretaria do Esporte, Turismo e Lazer, Jaime Recena.

De acordo com a organização, os **já inscritos representam 150 países**, como Estados Unidos, Etiópia, Israel, Itália, Japão, México e Turquia. A expectativa é que o evento reúna 10 mil congressistas de 160 países.

O governador destacou ações que são inéditas no fórum da edição de Brasília: a Vila Cidadã, a reunião de parlamentares de todo o mundo e o encontro de juristas e procuradores. “Queremos que Brasília aproveite ao máximo para darmos um salto qualitativo na nossa relação com a água”, ponderou Rollemberg.

Para acessar a vila, bastará se credenciar gratuitamente. No local, são esperadas cerca de 30 mil pessoas. **Ela será aberta em 17 de março (sábado), às 9h30, um dia antes do fórum.** Diariamente, mil alunos de escolas públicas farão visitas guiadas no espaço.

Na Vila Cidadã, que ficará no Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, haverá exposições, debates sobre água e atrações culturais. A estrutura contará com palco, estande multiuso, mostra e os espaços Brasília — com auditório e projetos de 14 entidades do governo local — e **Criança Candanga**, com atividades que mostrem aos pequenos que a água faz parte de todo o ciclo da vida.

O funcionamento será das 9 às 22 horas, com entradas até as 21 horas. As atividades culturais estão previstas para a partir das 18 horas.

O Mané Garrincha também abrigará as áreas de exposição e feira. A primeira destina-se apenas aos congressistas, enquanto a segunda é gratuita, com acesso mediante credenciamento.

A abertura e o encerramento, as palestras e os painéis com representantes internacionais ocorrerão no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Além da movimentação da economia, com a vinda de turistas nacionais e estrangeiros para a cidade, o governador apontou a conscientização como uma experiência fundamental para a cidade.

“O mais importante é o legado de uma nova forma de relacionamento e de compartilhamento da água, fazendo com que tenhamos água, para as futuras gerações, em quantidade e qualidade necessárias para que todos tenham uma boa qualidade de vida”, ressaltou Rollemberg.

Entre as **340 sessões** do encontro, haverá **18 painéis chamados de alto nível**, com a presença das principais autoridades. O governador participará de um dos painéis, em que tratará da crise hídrica.

Para o diretor-presidente da Adasa, o fórum dará chance de os gestores de Brasília dialogarem com quem vivenciou a falta de água e de trocarem experiências acerca das soluções encontradas. “Temos que colocar a água como uma prioridade nas políticas públicas. Todos os governos precisam se adaptar a uma nova realidade de falta da água e de enfrentamento da crise climática”, opinou Paulo Salles.

O 8º Fórum Mundial da Água é orçado em R\$ 80 milhões, dos quais R\$ 50 milhões são custeados pelos governos de Brasília e federal.

Segundo lote das inscrições para o fórum é prorrogado. Até **5 de março**, ficará disponível o segundo lote de inscrições. **O prazo, que se encerraria em 28 de fevereiro, foi prorrogado.**

Os registros são feitos no [site oficial do evento](#), na aba *Inscrições*, e dão direito à participação da abertura, do encerramento, das sessões, dos almoços e dos eventos culturais na exposição e na feira.

Brasileiros e cidadãos de países que não integram a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm 50% de desconto. Estudantes usufruem de abatimento de até 80%.

O que é o Fórum Mundial da Água

Criado em 1996 pelo Conselho Mundial da Água, o fórum foi idealizado para estabelecer compromissos políticos acerca dos recursos hídricos.

Em Brasília, ele é organizado pelo Conselho Mundial da Água, pelo governo local — representado pela Adasa — e pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio da Agência Nacional de Águas (ANA).

O encontro internacional ocorre a cada três anos e já passou por: Daegu, Coreia do Sul (2015); Marselha, França (2012); Istambul, Turquia (2009); Cidade do México, México (2006); Kyoto, Japão (2003); Haia, Holanda (2000); e Marrakesh, no Marrocos (1997).

Pronunciamento do governador Rodrigo Rollemberg na abertura da entrevista coletiva sobre o 8º Fórum Mundial da Água.

(Agência Brasília)

Temer diz que reforma da Previdência não saiu da pauta política do país



O presidente Michel Temer disse ontem (2/3), que a reforma da Previdência não saiu da pauta política do país. Segundo ele, se for possível cessar a intervenção federal na área de segurança pública no Rio de Janeiro nos últimos meses do ano, existe a possibilidade de a “reforma” voltar à pauta.

“Ela saiu da pauta legislativa, mas não da pauta política do país”, disse em entrevista à Rádio Tupi. “Não quero garantir, é uma conjectura, mas pode ocorrer de quando chegar em setembro, outubro, eu possa fazer cessar a intervenção. Não quero manter a intervenção eternamente no Rio de Janeiro, nem é saudável. Se ocorrer isso, você terá logo depois da eleição, três meses – outubro, novembro, dezembro – para ainda tentar votar a Previdência”, acrescentou.

Enquanto a intervenção vigorar, o Congresso Nacional fica impedido, pela Constituição Federal, de aprovar quaisquer propostas de emenda à Constituição (PEC), como é caso da reforma da Previdência.

Ao ser questionado sobre eleições, Temer reafirmou que não pretende ser candidato no pleito de outubro. “Não tenho essa intenção [de me candidatar]. Se eu passar para a história como alguém que deu jeito no país, já me sinto muito feliz.”

O presidente destacou os bons resultados da economia brasileira e a geração de empregos. Temer disse que a reativação da economia é o que irá criar mais postos de trabalho. Ele estimou que este ano sejam criados 3 milhões de vagas. “Neste trimestre, houve abertura de 1,8 milhão de novos postos de trabalho e a previsão é de que haja 3 milhões de postos de trabalho neste ano”, disse.

(Agência Brasil)

Governo tem coragem de festejar alta de PIB com 12,7 mi de desempregados?



Ministro da Fazenda Henrique Meirelles. Foto: Evaristo Sá/AFP

por Leonardo Sakamoto

O **Produto Interno Bruto cresceu 1% no ano passado**, de acordo com o IBGE, depois de cair 3,5%, em 2015, e 3,6%, em 2016.

INFORMATIVO



DIÁRIO



UNICIDADE - DESENVOLVIMENTO - JUSTIÇA SOCIAL

www.ncst.org.br - imprensa@ncst.org.br

O pequeno crescimento é comemorado por uma parcela da sociedade que aponta que o país saiu do buraco. Mas milhões de famílias que não vivem de renda, não possuem bens de capital e dependem do trabalho de hoje para comer amanhã não vão desperdiçar confete enquanto a taxa de desemprego continuar em 12,2%.

O crescimento do PIB, divulgado nesta quinta (1), veio à sombra dos dados divulgados ontem, **de que 12,7 milhões de brasileiros continuam sem trabalho** – dados do trimestre entre novembro de 2017 e janeiro de 2018. A taxa de desocupação era de 12,6% no mesmo trimestre há 12 meses – um recuo pífio comparado à necessidade imediata da população.

Pois não adianta explicar a quem está desesperado e tem a pressa da sobrevivência que as coisas vão demorar para se resolver. Ainda mais quando a sociedade percebe que os mais ricos, que pouco sentiram o impacto da crise econômica, já estão vendo o sol no horizonte enquanto os mais pobres seguem na penumbra.

E ainda mais porque o governo Michel Temer prometeu que as reformas, como a Trabalhista, transformariam o país em um paraíso onde corre leite e mel em pouco tempo. No curto prazo, ela pode ajudar a engordar o caixa de grandes empresas e, tornando parte da força de trabalho intermitente, contribuir para a formalização de empregados de salários achatados. Mas, por si só, não cria "confiança" entre os empresários ou "gera" vagas.

A crise não nasceu com o atual governo, como sempre repito aqui, apesar da cegueira seletiva de alguns dizer que não. O governo Dilma tem uma enorme parcela de responsabilidade no caos econômico. A questão aqui é outra: como momentos de crise são enfrentados. A população mais vulnerável deveria ter sido protegida pelo governo Temer e o custo da retomada teria que ter pesado mais nos ombros dos mais ricos. Mas foi tudo ao contrário.

Sempre tive uma curiosidade pelo fascínio exercido pelo PIB em algumas pessoas. Um PIB em crescimento é bom, um PIB grandão melhor ainda. Mas se esse crescimento não deve beneficiar a todos e todas, não significa desenvolvimento. Apenas progresso burro.

Fazer a economia crescer novamente é fundamental para garantir que o país volte a ser viável. Porém, muitos não se importam em sacrificar a qualidade de vida dos mais vulneráveis para que isso aconteça. Paradoxalmente acreditam no contrário: cortando leis que impedem a barbárie é que surgirá a redentora civilização. Ou seja, abrindo mão de um patamar mínimo de dignidade aos trabalhadores.

Como o atual governo perseguiu o a volta do crescimento? Aprovando um teto de gastos públicos que impede novos investimentos em educação e saúde, entre outras áreas, nos próximos 20 anos. Permitindo a terceirização ampla e irrestrita. Usando o argumento de que vale sacrificar a segurança e a saúde de dos trabalhadores na ativa em nome de um ajuste fiscal que garantirá segurança aos investidores. Tentando reduzir o conceito vigente de trabalho escravo contemporâneo, dificultando a libertação de pessoas, para garantir mais "segurança jurídica" a ruralistas e empresas da construção civil.

Quando a equipe econômica aventou a possibilidade de voltar a

taxar 15% dos dividendos pagos por grandes empresas a indivíduos e a criação de alíquotas maiores (de 30% a 40%) aos mais ricos no imposto de renda e a isenção dos mais pobres e de boa parte da classe média, os mais ricos surtaram no país e a medida foi enterrada. Isso sem falar que a taxação de grandes fortunas e o aumento nos impostos sobre grandes heranças, realidade nos Estados Unidos, é lenda no Brasil. Não conseguimos, em muitas cidades, nem discutir a cobrança de um IPTU progressivo para grandes imóveis.

Não que essas ações atingindo os mais ricos sejam suficientes para equilibrar as contas públicas. Elas causam algo mais importante: combatem a sensação de bizarra desigualdade que nos abraça feito uma camisa de força.

Deveríamos ter aproveitado este momento de crise para que o país voltasse a crescer em outros padrões. Mas não é isso que está sendo feito. Quando o PIB subir de verdade (não essa flatulência de 1%), seguirá fluindo mais para as mãos dos que puderam comprar ações do que daqueles que dependerão de seu próprio suor, sejam informais, assalariados, empreendedores individuais e microempresários.

Os economistas da ditadura falavam que a população tinha que entender que o crescimento do país, em algum momento, beneficiaria a todos. Hoje, muitos repetem a mesma cantilena. Adotam um tom professoral ("A população tem que entender"), como se a elite econômica fosse composta de seres iluminados, dirigindo-se ao povo, bruto e rude, a fim de explicar que aquilo que sentem não é fome. Que a ralé deveria sentir orgulho de não poder garantir aos filhos o mínimo de conforto, pois isso está contribuindo para a geração de um superávit primário a fim de que sejam honrados os compromissos do país.

Como já disse aqui, o debate sobre o PIB não deveria ser apenas sobre crescimento econômico, mas sobre qualidade de vida. Que só será efetiva caso não exclua a população mais pobre dos benefícios trazidos por ele e não seja resultado da dilapidação dessa mesma população.

Estamos conseguindo fazer as mudanças para melhorar a divisão do bolo que surge do crescimento? Temos competência em fazer essa divisão, não por igual, mas com ênfase em quem mais precisa por ter sido historicamente dilapidado? Estamos conseguindo diminuir a concentração de riqueza na maior velocidade possível? Ou poderíamos ir além e implementar medidas para que os mais pobres possam usufruir de uma boa vida aqui e agora?

Perguntar sem resposta para um país sem solidariedade.

** Leonardo Sakamoto é jornalista e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Cobriu conflitos armados em diversos países e o desrespeito aos direitos humanos no Brasil. Professor de Jornalismo na PUC-SP, foi pesquisador visitante do Departamento de Política da New School, em Nova York (2015-2016), e professor de Jornalismo na ECA-USP (2000-2002). É diretor da ONG Repórter Brasil e conselheiro do Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão*

(Blog do Sakamoto)

As misérias da intervenção



Operação das Forças Armadas na Vila Kennedy, zona oeste do Rio, na semana passada.

por Luiz Gonzaga Belluzzo

Começo a coluna com o último parágrafo do artigo de Benjamin Steinbruch estampado na Folha de S.Paulo na terça feira 20 de fevereiro: “Políticas econômicas irresponsáveis, que provocam desemprego, jogam jovens desocupados nos braços da criminalidade. O País precisa com urgência de crescimento econômico e criação de postos de trabalho. E isso não é tarefa para gerais”.

Neste espaço, já aborreci o leitor de CartaCapital com o tema da violência no Brasil. Mas vou insistir. Com raras e pontuais interrupções, o Estado oligárquico brasileiro ocupa-se há séculos da produção da insegurança: omite-se diante das tragédias do desemprego, da falta de saúde e de moradia e recua diante da violência dos criminosos.

Como é do conhecimento geral, os ferrados morrem como moscas, sem atendimento médico, sem oportunidades na vida ou pelas armas dos assassinos à solta. Tal descaso é cúmplice da violação sistemática dos códigos da cidadania moderna, que foram concebidos como uma reação da maioria mais fraca contra o individualismo anarquista e reacionário dos que se imaginam com mais direitos e poderes.

Estes, no Brasil, invariavelmente imaginam uma sociedade sem a presença de um Estado democrático capaz de corrigir as desigualdades, mas se aprestam a reclamar um Estado autoritário, capaz de intimidar os que pretendem reivindicar os direitos da maioria.

A praga da violência dissemina-se nas grandes cidades brasileiras e atesta que a crise de segurança não é apenas uma questão de polícia, mas, sobretudo, escorre como uma gosma negra e purulenta da omissão do Estado diante do desemprego e das calamidades, como o colapso da saúde pública e da educação. Nas sociedades contemporâneas permeadas pela divisão do trabalho – e, portanto, submetidas à interdependência dos trabalhos e atividades dos indivíduos cidadãos urbanizados –, a segurança pública não pode subsistir sem a segurança econômica como seu fundamento.

Não é possível uma política de segurança pública apenas aumentando o poder repressivo das polícias ou mobilizando as Forças Armadas para misteres que escapam à sua competência. É ridículo, não fosse trágico, o projeto da intervenção militar no Rio de Janeiro, quando um contingente imenso de brasileiros deambula

tragicamente entre a insegurança econômica e o crime.

Para escapar de arroubos anarquistas, vou lembrar O Processo Civilizador, de Norbert Elias. Ele considera a monopolização do uso da força pelo Estado como uma das invenções sociotécnicas mais importantes da espécie humana. Elias não imagina como a sociedade civilizada possa sobreviver sem a ação permanente da polícia, destinada a inibir os impulsos violentos de alguns indivíduos sobre os outros, com o propósito do domínio ou do aniquilamento físico.

No fervilhar da crise de segurança, chovem acusações de corporativismo e corrupção desferidas contra os policiais. Destreinados, mal apetrechados, despreparados, desmotivados e mal remunerados, os policiais foram incluídos no rol dos inimigos públicos pela tecnocracia econômica. As classes dominantes e dirigentes do Brasil Varonil não se cansam de surpreender os habitantes do País. Em sua inesgotável e feérica imaginação, insistem em homenagear Nietzsche e brindar os cidadãos com o “eterno retorno do mesmo”.

Ah, a democracia! Essa palavra circula nas rodas nada circunspectas dos Senhores da Terra Brasilis com a mesma desfaçatez que os perpetua no privilégio e no exercício da demofobia. Ocorreu-me lembrar que a vitória na Constituinte não conseguiu eliminar as consequências da derrota na campanha pelas Diretas.

O arranjo social do atraso preconiza uma sociedade submissa ao rentismo, refém da estagnação, prisioneira da defesa da riqueza estéril alimentada por fluxos de hot dollars. Imobilizados nos pântanos do parasitismo, os bacanas e sabichões acovardam-se diante dos azares da incerteza, avessos aos riscos de construção da nova riqueza. Aí está desvelado, em sua perversidade essencial, o “segredo” das reivindicações antissociais dos vassalos do enriquecimento sem esforço.

Alguns mais ousados celebram o aumento do desemprego como arma para combater a inflação e proclamam a necessidade de mais “sacrifícios”. Quem viveu 75 anos ouvindo essa patuscada dos que sonham impostos, fogem para os paraísos fiscais e se orgulham de resolver tudo com dinheiro sabe que o sacrifício vai ser arrancado dos que sempre “pagaram o pato”. Esse é o alto preço que o presente agrilhado ao passado cobra do futuro.

O povo contempla, entre perplexo e cada vez mais desencantado, o espetáculo da mudança sem esperança ou, como dizia um crítico de Adorno, “a realização das esperanças do passado”. Assim os senhores da terra concebem o progresso.

* **Luiz Gonzaga Belluzzo** é economista e professor, consultor editorial de CartaCapital.

(CartaCapital)